



As questões ambientais no Brasil – notas sobre as ações de indivíduos, ONGs, governos e empresas.

Marcelo Hernandez Macedo¹

Resumo.

Este artigo pretende fazer uma síntese sobre como alguns tipos de atores sociais vêm atuando em relação às questões ambientais. Organizado por tipo de ator social, o texto, de caráter introdutório, pretende levantar questões de pesquisa sobre o tema e estimular abordagens multidisciplinares. As informações foram recolhidas a partir da bibliografia especializada e de diálogos realizados com pesquisadores, consultores e gestores públicos e de empresas. Após algumas digressões sobre a relação homem-natureza, o texto analisa o comportamento dos brasileiros enquanto cidadãos e consumidores; aponta para a diversidade de orientações no universo das ongs; resume a trajetória das políticas ambientais no Brasil e aponta para algumas propostas de ação no âmbito governamental; e verifica a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito das empresas privadas.

Palavras-chave: meio ambiente; sustentabilidade; políticas ambientais; mudanças climáticas; relação homem-natureza.

¹ Professor Titular da Faculdade de Comunicação Social da Uerj. E-mail – marcelo.ernandez@gmail.com. ORCID - 0000-0002-6162-9027

Environmental issues in Brazil – notes on the actions of individuals, NGOs, governments and companies.

Abstract.

This article aims to summarize how some types of social actors have been acting in relation to environmental issues. Organized by type of social actor, the text, of an introductory nature, intends to raise research questions on the subject and stimulate multidisciplinary approaches. The information was collected from the specialized bibliography and dialogues carried out with researchers, consultants and public and company managers. After some digressions on the relationship between man and nature, the text analyzes the behavior of Brazilians as citizens and consumers; points to the diversity of orientations in the universe of NGOs; it summarizes the trajectory of environmental policies in Brazil and points to some proposals for action at the governmental level; and verifies the effectiveness of the actions developed within the scope of private companies.

Keywords: : environment; sustainability; environmental policies; climate change; human-nature relationship.

Temas ambientales en Brasil: notas sobre las acciones de individuos, ONG, gobiernos y empresas.

Resumen.

Este artículo tiene como objetivo resumir cómo algunos tipos de actores sociales han estado actuando en relación con las cuestiones ambientales. Organizado por tipo de actor social, el texto, de carácter introductorio, pretende plantear preguntas de investigación sobre el tema y estimular abordajes multidisciplinares. La información se recolectó de la bibliografía especializada y de los diálogos realizados con investigadores, consultores y gestores públicos y de empresas. Después de algunas digresiones sobre la relación entre el hombre y la naturaleza, el texto analiza el comportamiento de los brasileños como ciudadanos y consumidores; señala la

diversidad de orientaciones en el universo de las ONG; en él se resume la trayectoria de las políticas ambientales en el Brasil y se señalan algunas propuestas de acción a nivel gubernamental; y verifica la efectividad de las acciones desarrolladas en el ámbito de las empresas privadas.

Palabras clave: medio ambiente; sostenibilidad; políticas ambientales; cambio climático; relación humano-naturaleza.

1. Introdução

Uma das principais angústias de parte da humanidade hoje está relacionada com os impactos recentes das mudanças ambientais, condição psicológica chamada de ansiedade climática (ou eco-ansiedade). No início deste século, quando falava com meus alunos sobre o colapso climático, para a perspectiva do esgotamento da água potável em um futuro próximo; quando alertava sobre os perigos do massacre aos povos indígenas e a associada devastação da floresta amazônica em prol da expansão dos agronegócios, a recepção exalava dúvidas e a incredulidade predominava. Esse discurso parecia alarmista, apocalíptico e todo esse estado de coisas parecia muito distante. Hoje, apenas vinte anos depois, tais dúvidas desapareceram para a maior parte dos alunos e a incredulidade deu lugar a um enorme sentimento de impotência diante de fenômenos que, dado o seu caráter estrutural, nos parecem intransponíveis. Se antes o tom era de ironia e até de deboche diante de um suposto excesso de pessimismo, hoje os desastres ambientais, que já estão se tornando parte do cotidiano das populações, não permitem mais tapar o sol com a peneira, embora a narrativa negacionista tenha ainda impactos importantes junto à parte considerável da população. Reportagem publicada no site do periódico Valor Econômico, baseada em relatório produzido pelo Banco Mundial, afirma que, apenas no ano de 2022, entre 32 e 34 milhões de pessoas foram obrigadas a migrar em função de eventos climáticos extremos. No Brasil, nesse mesmo ano, 708 mil humanos se deslocaram por esse motivo[1]. O colapso climático chegou, se instalou, está aí, na nossa cara, cada vez sua negação se torna mais difícil.

A angústia em parte parece derivar do fato de que as estruturas montadas para a vida na Terra estão de tal forma consolidadas, tanto em termos materiais quanto subjetivos, que parece não termos mais saída. Nossa espécie parece condenada a se extinguir em meio a toda pompa e aparatos tecnológicos. Conforme nos mostram Harari (2011) e Mendes (2010), as raízes que resultam na atual situação ambiental ultrapassam a lógica do sistema capitalista, estando fincadas em processos históricos anteriores, pertinentes aos modos como se efetivaram as relações entre o homem e a natureza em tempos mais remotos, os quais serviram de base para que este sistema de produção prosperasse e se tornasse hegemônico.

Mas, se, por um lado, o cenário parece catastrófico diante desta situação paradoxal, por outro, há muita gente em movimento para reverter ou no mínimo postergar o colapso ambiental. Seja agindo de forma particular ou associada, indivíduos e grupos organizados vêm mudando suas percepções, comportamentos e atitudes; e pressionam governos e empresas para também reverem suas lógicas de ação e procedimentos. A questão da sustentabilidade está na crista da onda, não pode mais ser desconsiderada, seja na sociedade civil, na academia, no Estado ou no meio empresarial.

Embora a bibliografia sobre o tema seja vasta e oriunda das mais diversas áreas do conhecimento – ecologia, geografia, economia, administração, engenharia ambiental, arquitetura, desenho industrial etc – são raras as abordagens multidisciplinares que percebem as diversas contradições envolvidas e, a partir daí, visualizem limites e possibilidades concretas de atuação para a resolução dos problemas. Em geral, há a alternância entre abordagens que enfatizam a denúncia, às vezes em um tom justificadamente alarmante; e outras de caráter meramente prescritivo/, muitas vezes em tom romântico e/ou a partir de análises superficiais, que deixam de fora aspectos fundamentais a serem consideradas.

A proposta deste artigo é, a partir de uma percepção multidisciplinar da questão, realizar alguns apontamentos sobre o estado da arte relacionado às questões ambientais no Brasil. Nesse sentido, seu caráter é introdutório e, conseqüentemente, exploratório. Não há possibilidade, nesse momento, de aprofundamento nas questões tratadas. A proposta aqui é muito mais de organização

das mesmas, com vistas a contribuir para a formação da desejada percepção multidisciplinar e, ao mesmo tempo, lançar luzes para a realização de estudos mais aprofundados sobre os temas abordados, sugerindo também relações entre estes. Ao invés de responder a questões, nossa proposta aqui será muito mais fornecer algumas bases para a formulação das questões adequadas.

Para tal, serão tomados como base estudos bibliográficos iniciados de forma mais sistemática no princípio de 2022 e tomados como base para estruturar a disciplina “Comunicação & Sustentabilidade”, obrigatória para a habilitação em Relações Públicas no curso da Faculdade de Comunicação Social da Uerj, ministrado por mim em duas ocasiões. Ao lado da pesquisa bibliográfica, há a parceria com o Instituto LivMundi, por meio do qual está sendo desenvolvido um projeto de extensão que prevê a troca de conhecimentos entre a Uerj e a Ong sobre o tema. A partir desta parceria e de outros contatos, venho conversando com ambientalistas, pesquisadores, gestores públicos, consultores e gestores de empresas. Vale destacar também como referência o dossiê “Comunicação & Sustentabilidade”, editado em parceria com o Instituto LivMundi e publicado na Revista de Comunicação Dialógica no segundo semestre de 2023.

Assim como o curso que venho ministrando, o artigo está organizado por tipo de ator social envolvido com a temática ambiental. Assim, veremos como os indivíduos vêm tomando decisões enquanto atores políticos e consumidores; como a sociedade civil organizada em ongs vem concebendo e se movimentando para garantir seus direitos ambientais; como o Estado, por meio de suas distintas esferas de governo, vem atuando para garantir ou negar estes direitos; e, por fim, como as empresas vêm se engajando nas questões relacionadas. Mas, antes de iniciar essa jornada, façamos algumas digressões sobre a história da relação entre o homem e a natureza, fundamental para a compreensão de todos os aspectos envolvidos.

2. A relação a “natureza” e o “ser humano”

O que no senso comum chamamos de natureza? O verde, as plantas, as árvores, as rochas, os oceanos, os ventos, os outros animais. Então, os outros animais

são natureza, mas, o ser humano, não? Isso supõe uma diferença entre o homem e estes outros seres e, que esta diferença seja de espécie e não de grau. A nossa espécie é qualificada (por nós mesmos) como “Sapiens”: aqueles que sabem, que acumulam conhecimentos. Não há dúvidas sobre a nossa maior capacidade de processar e armazenar informações em relação aos outros seres vivos, dadas as características específicas do nosso cérebro. Mas, é amplamente reconhecida na biologia a extrema habilidade não só de construir e manejar objetos, mas também de se comunicar entre várias outras espécies de animais. Isso quer dizer que a suposta diferença entre os humanos e outros seres vivos no que se refere à possibilidade de simbolizar não seria de espécie, mas sim de grau.

Mas, mesmo assim, ser humano e natureza são vistos como diferentes, separados e, portanto, colocados em posições hierárquicas distintas em um imaginário ranking entre aqueles que têm direito à vida. Talvez, a expressão mais clara desta hierarquia esteja expressa no conceito de tecnologia - palavra altamente positivada nas sociedades ocidentais, muitas vezes utilizada até como adjetivo -, a saber, “o termo tecnologia é de origem grega - *tekne* (“arte, técnica ou ofício”) e por *logos* (“conjunto de saberes”). É utilizado para definir os conhecimentos que permitem fabricar objetos e modificar o meio ambiente, com vista a satisfazer as necessidades humanas.”[2] Como percebe-se, prevalece a ideia de que o “meio ambiente” está a serviço da satisfação das necessidades humanas. Outro termo que expressa essa lógica é “recursos naturais”, por meio do qual a natureza também é vista como recurso para satisfazer aos seres humanos. Mas, essa separação e hierarquia sempre prevaleceram? Como chegamos até aqui?

A arqueologia nos mostra que 90% da história do *homo sapiens* é marcada por um modo deste se relacionar com os outros seres bem distinto do atual. Durante cerca de 70.000 anos os seres humanos vagaram em busca de frutas e animais para a caça, vivendo em perfeita harmonia com os outros seres, sem que sua ação resultasse em qualquer transformação ecológica nos ambientes por onde passava, e sem que esse modo de vida resultasse em baixos índices nutricionais. Os seres humanos nômades caçadores-coletores caminhavam uma média de 9 km por dia, com as mulheres trabalhando de 1 a 3 horas na coleta de alimentos e os homens uma semana a cada mês em atividades de caça. Para que isso fosse possível, havia controle demográfico,

com o infanticídio e o abandono de idosos, práticas hoje consideradas “desumanas”. Independente de qualquer juízo de valor, o fato é que os chamados “povos primitivos” viveram milhares de anos trabalhando pouco, satisfazendo suas necessidades alimentícias e em harmonia com o meio ambiente. (CÂMARA, 2010, p. 1630)

Se havia uma hierarquia entre a natureza e o ser humano, a ordem de valores priorizava a primeira. Ao invés de transformar a natureza, o ser humano a reverenciava em seus rituais, demonstrando temor em relação às forças que regulavam a vida. Tais valores e reverências estão expressas até hoje na cosmologia dos diversos povos originários que é transmitida e atualizada de geração a geração. Conforme propõe Brum (2021, p.94-101), a partir de sua imersão na Amazônia, por lá não há “os povos” e “a floresta”, mas sim “povos-floresta”.

Diversos autores, em diversas épocas, dentre os quais Rousseau (2006), Harari (2011), Pointing (1995) e Mendes (2010) localizam a agricultura como um ponto de inflexão na história dos modos de vida do ser humano. O processo de sedentarização levado a cabo a partir da agricultura, que resultou na formação das primeiras cidades em torno de 6.500 A.C., ao introduzir novas formas de divisão do trabalho e estratificações sociais, modificou a relação entre a natureza e o homem de forma implacável. Pela primeira vez, ao determinar o que iria brotar do solo (e o que não iria), o homem estava alterando a ecologia dos meios onde vivia e, a partir daí, dando os primeiros passos para ver-se separado e hierarquicamente superior aos mesmos.

O processo de assentamento do ser humano caminhou ao lado da consolidação da ideia de propriedade privada e da sua constituição enquanto indivíduo. A “assim chamada acumulação primitiva” descrita por Marx (2002), que, em diversas partes do mundo e em diversas épocas, expulsou trabalhadores do campo em direção às cidades, criando mão-de-obra para o trabalho fabril, significou a modulação do sistema de produção capitalista que consolidou a separação entre homem e natureza, na medida em que, neste, o próprio homem é visto como um recurso.

No campo das ideias, o dualismo ontológico entre corpo e mente e, portanto, entre natureza e os seres humanos foi consolidado a partir de Descartes (1984), no século XVII. Para ele, os outros seres vivos não possuíam alma (espírito) e, portanto, caberia ao ser humano, pelo primado da razão, governá-los.

A partir destes alicerces, mesmo quando o sistema capitalista foi contestado – em revoluções que resultaram na introdução do sistema socialista de produção –, não houve mais condições para reverter essa separação entre homem e natureza, sendo esta sempre vista como um recurso a ser explorado pelo primeiro.

Mas, por que esse debate sobre a relação entre o homem e a natureza é tão importante para as questões ambientais na atualidade? Ora, enquanto a natureza for vista como um recurso, o homem tenderá a se preocupar em domesticá-la e administrá-la. O problema da extinção dos chamados “recursos naturais” é por muitos visto como um outro problema qualquer. Prevalece a ideia que o homem, com seu desenvolvimento tecnológico, será capaz de superar qualquer adversidade e, se não for possível a vida aqui neste planeta, que nos mudemos todos (todos?) para Marte.[3] De acordo com essa perspectiva, a espécie humana é imortal, tal qual o Deus constituído à sua imagem e semelhança.

Assim, o ponto de partida para a educação ambiental não seria uma ressignificação da relação entre o ser humano e outros seres vivos? As crianças da atualidade constituem a primeira geração com socialização secundária em um contexto em que a pauta ambiental está em sua agenda escolar. Como a relação entre o homem e a natureza está sendo tratada nas escolas? Supondo que as novas gerações ressignifiquem essa relação, haverá tempo para que o ser humano crie novas bases de vida antes que conflitos fatais para toda a espécie ocorram? Até que ponto a mudança de tais concepções filosóficas estão relacionadas com transformações do sistema de produção e do sistema religioso (cristão) hegemônicos?

Aílton Krenak, em seus diversos textos e palestras, parece bastante preocupado com essa segunda questão e, para ele, a resposta seria não. O autor critica a ideia de “sustentabilidade”, conceito-chave na atualidade para tratar das questões ambientais, afirmando que esta serve muito mais como um paliativo, como

um conceito que oferece não mais do que a ilusão de que é possível reverter a situação mantendo-se as mesmas bases filosóficas e o mesmo sistema produtivo. A crítica é extremamente válida, pois, como vimos, as transformações deveriam ser muito mais profundas. Mas, há condições de efetua-las no curto prazo? Não seria o caso de, num primeiro momento, reduzir danos, apostando em um processo de educação ambiental das futuras gerações? Quais as possibilidades e limites, em âmbito individual, para essas transformações?

3. O indivíduo enquanto cidadão e consumidor dos assim chamados “recursos naturais”.

Vimos que a separação entre os seres humanos e a natureza implica a percepção dos primeiros como consumidores dos segundos. O próprio conceito de “sustentabilidade”, hoje tão em voga, está ancorado nessa perspectiva, já que referido ao atendimento (pelos seres humanos) de suas necessidades presentes sem o comprometimento de gerações futuras. Portanto, segundo essa perspectiva, é dever dos humanos regular o consumo, evitando abusos e desperdícios. Do ponto de vista individual, caberia a cada um de nós reduzir o consumo e reorientá-lo no sentido de utilizar somente itens que sejam elaborados a partir de processos produtivos “limpos”, que não agridam o meio ambiente.

Nesse sentido, Vollmer e Tondato (2018) identificam o surgimento de um novo cidadão-consumidor, o qual não se deixa levar pela mídia e pelas modernas tecnologias, valoriza mais o “ser” do que o “ter”, adotando práticas bastante moderadas de consumo e, sempre que possível, exercendo-o por meio da troca de bens usados. Segundo as autoras, tais sujeitos constituem uma tendência que a bibliografia vem identificando como “*lowsumerism*”. Nas palavras das mesmas:

Este novo sujeito parece não querer trocar a liberdade pelo emprego fixo, nem o tempo pelo dinheiro. Não demonstra interesse pela televisão, celular ou outros eletrônicos. Não frequenta shoppings. Ele tende a buscar o sentido e o prazer da vida no cuidado direto com a casa e os afazeres domésticos, no zelo pelo bem-estar e a saúde da família, com o natural e a com natureza – aliás, tem consciência de que é de fato parte dela, e de que, portanto, precisa preservá-la. É crítico. Procura informações reais sobre os fatos e não parece medir esforços em suas buscas. Suas escolhas tendem a ser movidas

por uma visão de mundo, algo maior do que a ilusão material ou virtual podem oferecer. Ele entende que qualidade de vida está diretamente associada ao “aqui e agora”, o “tempo” para curtir a família, descansar ou fazer algo que lhe dá prazer. Consome menos produtos industrializados e carnes vermelhas, e valoriza as produções locais e produtos orgânicos e frescos. Aprecia tudo o que é *handmade*, e se interessa por cursos e informações que permitam uma maior independência quanto a serviços ou outras necessidades rotineiras para o que normalmente dependeria de terceiros. De forma mais ampla seu consumo parece ser mais comedido, até mesmo hesitante.” (VOLLMER & TONDATO, 2018, p. 7)

Ora, eu, particularmente, me identifico com esse “novo sujeito”, com esse discurso, e reconheço entre meus pares muitos que também se identificariam. Mas, uma rápida olhada na proporção que estes pares alcançam na população como um todo e na eficiência do status quo em manter tudo como está, não visualizo esse movimento como uma “tendência”, mas sim como um nicho, o qual não poderíamos identificar também como “novo”. Difícil localizar as origens do discurso e de práticas ambientalistas, mas podemos identificar que estas remontam pelo menos à década de 60 do século passado. Parece que esse nicho de pessoas e este discurso já estão aí há algum tempo. Ambos vão se atualizando, tomando novas formas e estratégias de ação, mas não constituem exatamente uma novidade.

Mas, independente da força ou da novidade do movimento, a partir dele podemos formular as seguintes questões: quais as possibilidades que pessoas que lutam pela próxima refeição, ou seja, que lutam pela sobrevivência, e que são parte considerável dos humanos, têm de aderir a esse movimento? Que impactos esse movimento tem sobre a subjetividade dos tomadores de decisões estatais e empresariais, de modo a vislumbrarmos a possibilidade de transformação dos sistemas de produção nocivos ao meio ambiente? Reconhecendo que, caso se confirme como uma tendência, o crescimento deste movimento é lento – e as autoras citadas acima admitem isso -, haverá tempo suficiente para um novo estado de coisas que possibilite a vida humana no planeta? Qual o peso do consumo individual de “recursos naturais” quando comparado ao consumo empresarial?

Nas duas vezes que lecionei a disciplina Comunicação & Sustentabilidade na graduação da Uerj a primeira questão acima foi diversas vezes levantada pelos alunos. Quando questionados pelos militantes ou especialistas sobre seu engajamento com as causas ambientais, parte dos alunos respondem que não há

condições sociais e psicológicas para pensar em consumo consciente e militância ambiental em contextos marcados pela baixa renda, ausência de infraestrutura urbana e políticas sociais, além de todos os tipos de violência associados a estes problemas. Tudo indica haver uma relação entre posição social e a possibilidade de fazer opções de consumo. Não é por outro motivo que, cada vez mais, a dimensão sócio-econômica da sustentabilidade é imprescindível e vem sendo cada vez mais considerada pela bibliografia especializada. As questões ambientais estão intimamente condicionadas à distribuição de renda.

A questão da renda condiciona também a passagem do âmbito individual para o coletivo. Conforme mostra a bibliografia sobre o tema, as decisões sobre o engajamento em movimentos sociais estão relacionadas com a disponibilidade de tempo livre para tal. A maioria das pessoas hoje precisa trabalhar em mais de um lugar, muitas vezes em profissões e locais distintos, restando pouco tempo e disposição para outras atividades. Em contextos de precariedade de renda, é comum que as pessoas se desliguem das atividades de militância em movimentos sociais[4].

Na reflexão sobre essas questões, vale ressaltar o que envolve o ato de consumir. Conforme nos mostrou Douglas & Isherwood (2009), este ato está muito além da satisfação de necessidades, sejam elas básicas ou supérfluas. A autora mostra que um dos principais desafios da vida social é fixar significados e, para tal, criamos diversos tipos de rituais, por meio dos quais repetimos determinadas ações; e, nestes, usamos objetos com valores simbólicos. Nessa perspectiva, “os bens são acessórios rituais; o consumo é um processo ritual cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos.” Portanto, o consumo produz significados, contribui para dar sentido à vida. Nas palavras das autoras, “o objetivo mais geral do consumidor só pode ser construir um universo inteligível com os bens que escolhe” (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2009, p. 112-113).

A partir dessas ideias, e do que já vimos na seção anterior, quando apontamos para as raízes históricas das relações entre os seres humanos e a natureza – que abrangem tanto aspectos materiais quanto ideais - como condicionantes das questões ambientais, fica evidente a complexidade envolvida na mudança de padrões de consumo sugerida pelo *lowsumerism*. Mudanças no consumo pressupõem

transformações de subjetividade e, como vimos também, dependem de condições materiais (sociais) para que tais ideias resultem em atos na mesma direção.

Nesse sentido, retomo e reformulo duas das questões acima. Será que os grandes tomadores de decisões, as autoridades públicas que governam as principais potências econômicas mundiais; e os donos das principais empresas multinacionais, que controlam a maior parte dos “recursos naturais” disponíveis, podem ser contaminados pelo *lowsumerism*? Esse “novo sujeito” será hegemônico antes da nossa autodestruição?

Muitos acreditam que as transformações sociais dependem de mudanças individuais. Talvez, por isso, muito peso e atenção têm sido depositados no cidadão/consumidor, como se suas decisões fossem capazes de determinar o estado de coisas vigente e as direções possíveis. Mas, ao observarmos a proporção que alguns dos principais recursos utilizados pelos indivíduos (água, solo, ar) tem em relação àqueles utilizados pelos estados nacionais e as grandes empresas, fica evidente que não precisamos nos preocupar tanto com o consumidor individual e, nesse sentido, ganham relevo as questões levantadas acima. Dados da ONU indicam que o consumo doméstico responde por somente 8% do consumo de água no mundo, enquanto o setor agropecuário - leia-se em grande parte o agronegócio e, em pequena parte, a agricultura familiar - é responsável por 70%, e o industrial pelos outros 22%. Em relação ao uso do solo, temos no Brasil dados estarrecedores. Enquanto a agricultura familiar constitui 77% do total de propriedades, o agronegócio detém a mesma proporção do total do solo utilizado para a agricultura no Brasil.

Assim, tenham as decisões individuais maior ou menor importância no processo de transformação desejados, o fato é que suas decisões de consumo tem impactos imediatos bem menores quando comparadas àquelas dos estados nacionais e grandes empresas. Antes de analisarmos as ações destes dois tipos de atores, vejamos como a sociedade civil vem se organizando para defender os seus direitos ambientais.

4. Os movimentos sociais ambientais no Brasil

O primeiro aspecto a considerar na análise sobre a mobilização em torno das causas ambientais é a dificuldade de perceber os seus impactos no curto e médio prazo. Os impactos das ações que prejudicam o meio ambiente não são imediatamente evidentes, o que tende a acomodar as subjetividades em relação a estas questões. Cada vez mais, as pessoas estão dispostas a agir somente contra o que lhes ameaçam no curto prazo. Questões estruturais tais como a ambiental, as concentrações midiática e da terra, por este ponto de vista, parecem cada vez mais inacessíveis.

Se, por um lado, podemos observar essa dificuldade de mobilização pelas características específicas da causa, por outro, o fato é que as tragédias ambientais, classificadas pela mídia e pelo senso comum como “desastres”, “acidentes”, “catástrofes” - categorias que eximem os humanos de suas responsabilidades – estão cada vez mais frequentes e apontam para a necessidade de mobilização e ação urgentes. Escrevo este texto em meio às inundações no Rio Grande do Sul e a quantidade de postagens circulando na internet que relacionam o ocorrido com as mudanças climáticas. As dimensões da tragédia ascendem sinais de alerta e estimulam a mobilização. Vale ressaltar que o ocorrido no sul do país não constitui evento isolado. Matéria publicada pela Agência Brasil informa que os chamados “desastres naturais” atingiram 93% dos municípios brasileiros nos últimos dez anos, causando danos a 2,2 milhões de moradias e um prejuízo da ordem de 26 bilhões de reais.[5] Dentre alguns dos principais eventos ocorridos recentemente no Brasil, podemos citar os vazamentos de óleo no Sudeste e no Nordeste, os incêndios na Chapada dos Veadeiros e no Pantanal, e o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho. Cada vez se torna mais perto e evidente que a falta de cuidado dos seres humanos com os ambientes em que vivem causam fortes impactos sobre suas próprias condições de vida.

Em sua dissertação sobre a mobilização de jovens em torno das causas ambientais, Coutinho (2021,p.30), a partir de dados do IBGE, informa a existência de cerca de 2.500 ongs dedicadas ao tema no país, em 2005. Em pesquisa mais recente deste órgão, este número teria se reduzido a 1.689 em 2016.[6] Tal redução pode ser

explicada pela alta concentração de recursos dentro do setor, que será comentada mais adiante, assim como pela redução dos mesmos, ambos na contramão da tendência de maior engajamento dos cidadãos e, especialmente, dos jovens nas causas ambientais.

A referida autora, ao estudar a trajetória de alguns jovens engajados em três grandes ongs brasileiras, aponta que a motivação principal dos jovens que se engajam em movimentos ambientais é a possibilidade de viver em ato a utopia de alcançar um mundo no qual os seres humanos se percebam novamente como parte da natureza. A autora aponta que estes jovens são também movidos por sentimentos de empatia e solidariedade mais fortes que os da geração anterior; percebem a interconexão entre os diversos problemas sociais; desejam modelos educacionais mais engajados a estes e apontam para a internet como um meio de criação de redes e de difusão destas causas (COUTINHO, 2021, p. 145-149).

Matéria publicada no site Dimensão da Natureza, informa que, das dez maiores ongs que atuam no Brasil, metade são internacionais. Embora os critérios utilizados para a seleção dessas ongs não seja apresentado, a partir desse quadro podemos perceber algum equilíbrio entre as organizações nacionais e internacionais. Se pensarmos no número de organizações, certamente a balança pende para o lado das nacionais. Mas, se pensarmos no volume de recursos, é muito provável que o jogo vire a favor das internacionais. Independente dessas quantificações, o fato é que há nessa rede de instituições uma enorme diversidade de origens, trajetórias, orientações e perfis ideológicos que cooperam e entram em conflitos entre si.

Diegues (2008, p. 139-140), em texto que analisa a atuação das ongs transnacionais dedicadas às questões ambientais, aponta para o conflito entre duas orientações bastante distintas no que se refere aos seus modos de atuação. A primeira, classificada como “ecologismo preservacionista”, parte do pressuposto que é fundamental garantir a existência de áreas sem a presença humana, pois só assim poderíamos preservar a natureza, que estaria livre de qualquer possibilidade de intervenção. Nesse sentido, tal orientação prevê a criação e a manutenção de parques sem gente. Já a segunda orientação, classificada como “ecologismo social”, partindo do pressuposto que a história da humanidade já comprovou a possibilidade de

convivência harmônica entre os seres humanos e os outros seres vivos, acredita que os homens que vivenciam essa harmonia devem ser vistos como aliados nos processos de proteção ambiental. Em última instância, enquanto a primeira aprofunda a separação entre o homem e a natureza, cerne da questão, a segunda propõe a valorização dessa conexão por meio do envolvimento das comunidades locais no cuidado aos meios onde vivem.

Infelizmente, segundo nos relata o autor, o ecologismo preservacionista tem prevalecido, com a obtenção da maior parte dos recursos, os quais têm sido utilizados para a criação de áreas que vêm resultando na expulsão de milhares de famílias de suas terras de origem. Dessa forma, ao lado da suposta preservação, gera-se o ônus do crescimento da pobreza e da superpopulação dos centros urbanos. Outra crítica tecida pelo autor às organizações com essa orientação é a sua vinculação aos bancos multilaterais, fundações e corporações multinacionais, as quais, a partir de sua ideologia neoliberal, não tem a menor preocupação com a preservação de modos de vida tradicionais, mas sim com a geração de “exércitos de reserva” para lhes servir em centros urbanos marcados pela desigualdade e falta de condições sociais dignas para a maior parcela de suas populações.

5. As políticas públicas para a área ambiental: a atuação do Estado

Partindo do pressuposto que Estado e sociedade civil são espelhos um do outro, a trajetória das políticas e da legislação ambiental no Brasil reflete e é reflexo das contradições com as quais a sociedade civil – organizada e não organizada – lida com o tema. As lutas no interior dos aparelhos de Estado expressam e são expressão das lutas na sociedade civil. Numa mesma máquina de governo coexistem funcionários públicos que, de tanto investigar irregularidades, sofrem ameaças de vida – e, às vezes, são efetivamente assassinados – e, aqueles que se aproveitam de determinadas posições e contextos políticos para “deixar a boiada passar”. Se, por um lado, há um campo historicamente formado por aqueles que militam pelas causas ambientais, há também um grupo bastante expressivo de políticos, reunido pelo que se conhece como “bancada do agronegócio”, que atua sem medir esforços para anular

qualquer tipo de regulamentação na área. Mas, como veremos brevemente, a luta não se trava somente entre um campo e outro. Dentro do campo reconhecido como progressista há fortes divergências acerca de modelos de desenvolvimento a seguir, o que tem sérias implicações sobre as questões ambientais.

Segundo Moura (2016, p. 13), datam da década de 1930 os primeiros passos no sentido de normatizar o uso dos recursos naturais brasileiros. São desta década, mais especificamente de 1934, o primeiro Código Florestal e o Código de Águas. Mas, segundo Gusmão & Pavão (2020), os primeiros passos para a construção de um arcabouço jurídico e administrativo que pudesse fornecer as bases para a efetivação do que poderíamos chamar de política ambiental datam da década de 1970, a partir da gestão de Paulo Nogueira Batista, iniciada em 1973. Ainda em meio a um contexto de ditadura militar, os esforços deste gestor e de sua equipe foram responsáveis por viabilizar a construção de aparatos técnico-administrativos federal e estaduais; procedimentos de monitoramento da poluição do ar e das águas; normas para regular a permissão de grandes empreendimentos; e a criação de áreas legalmente protegidas (GUSMÃO & PAVÃO, 2020, p. 220-221). Tais medidas seriam resultado tanto da pressão externa, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (1972), quanto daquela exercida pelas primeiras organizações ambientais da sociedade civil brasileira, que colaboraram ativamente na elaboração e implantação das mesmas.

A tese dos referidos autores é que este conjunto de medidas constituiu o início de um processo de construção de marcos regulatórios e de políticas ambientais no país. Tal processo, que passa pelo arcabouço jurídico gerado pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, e pela Constituição de 1988, tem seus maiores avanços nos últimos anos da década de 1990 e na primeira década deste século. Os autores destacam uma série de órgãos, normas e políticas criadas neste período que serviram para consolidar o aparato que vinha sendo constituído desde a década de 1970 (GUSMÃO & PAVÃO, 2020, p. 244-246). Entre 2010 e 2020, inicia-se um processo de desconstrução deste aparato capitaneado pela já citada bancada do agronegócio que, a partir do golpe de Estado ocorrido em 2016 - também levado à frente pelo mesmo grupo e outros aliados - encontra espaço no Executivo Federal para ver “a boiada passar”.

Se até 2022 este processo de desmonte encontrou poucos opositores e ocorreu a passos velozes, a eleição de Lula em 2022 impôs algum freio e introduziu um novo cenário político, com outras contradições. Neste, o chamado setor progressista da sociedade se divide entre aqueles que defendem o modelo desenvolvimentista tradicional, que prevê a geração de infraestruturas econômicas capazes de gerar investimentos e renda a quaisquer custos ambientais, e os que defendem a criação de novos modelos econômicos, baseados em outros valores, tendo como prioridade a capacidade de reprodução da vida no planeta a partir da lógica da sustentabilidade. Portanto, no interior do Estado, a luta é dupla: contra os “passadores de boiada” e o quase literal “fogo amigo”.

Enquanto os debates e reviravoltas seguem a todo vapor no Executivo e no Congresso Nacional, com mais perdas do que ganhos, pesquisadores e gestores experimentam ações que podem servir de referência para nossa atuação. Inspirados na proposta da pesquisadora norte-americana Kate Haworth (2019) sobre a economia *donut*, alguns gestores de grandes cidades, tais como Amsterdam, Bruxelas e Nanaimo (Canadá), iniciaram recentemente modelos de gestão baseados na ideia de que não se pode consumir mais do que o limite que garanta a reprodução dos ambientes e, ao mesmo tempo, um mínimo para a satisfação das necessidades vitais e sociais de toda a população. O modelo *donut*, que utiliza como referência imagética uma rosca, cujas bordas demarcam limites e necessidades de atuação, constitui uma tradução do conceito de sustentabilidade aplicado à gestão. Pode-se alegar que esse modelo só é passível de aplicação onde as necessidades mais básicas já conseguem ser garantidas ou onde há recursos financeiros suficientes para tal. Mas, de uma forma ou de outra, a ideia pode servir de inspiração para todos e ser adaptada de acordo com as possibilidades.

Pensando no âmbito da gestão local no Brasil, há uma série de iniciativas que podem servir de inspiração e serem multiplicadas com as devidas adaptações. Uma contribuição importante para a identificação e divulgação dessas iniciativas é o Programa Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo que, entre 1996 e 2005 premiou anualmente experiências inovadoras de gestão de governos estaduais, municipais e organizações indígenas[7]. Neste período, foram catalogadas mais de 8.000 experiências de gestão local inovadoras que estão

reunidas em um banco de dados aberto ao público. Um dos critérios de avaliação é auto sustentabilidade da experiência. No ano de 2005, ao examinar-se uma publicação que descreve brevemente as 20 iniciativas finalistas, percebe-se que pelo menos 11 delas resultam em impactos positivos diretos ao meio ambiente onde ocorrem. Dentre estas, podemos destacar um projeto de cultivo de flores no Ceará, um programa de mobilidade em favelas de Belo Horizonte, um projeto de restauração de bens imóveis históricos em Recife, um projeto de educação indígena no Alto Rio Negro, unidades produtivas comunitárias para a criação de tambaquis em Rondônia, um projeto de cultivo e processamento de frutas do Cerrado. (TEIXEIRA *et al*, 2005).

Portanto, se, por um lado, as descontinuidades e perdas nos âmbitos do executivo federal e do legislativo são significativas, por outro, no âmbito local governos comprometidos estimulam a sociedade civil a se mobilizar para a promoção de transformações que impactem positivamente seus modos de vida e garantam a sua reprodução para as novas gerações. Pensando agora em níveis intermediários de gestão – os das grandes cidades e governos estaduais -, é cada vez mais frequente a existência de planos de sustentabilidade que guiem suas ações. Ao longo de nosso curso, recebemos a visita de Henrique Silveira, então Subsecretário de Integração Metropolitana do Rio de Janeiro, que nos apresentou o Plano de Desenvolvimento Sustentável da cidade do Rio de Janeiro. Neste encontro, ficou bastante nítida a relevância que o planejamento urbano orientado a partir da ideia de sustentabilidade pode oferecer à gestão dos ambientes em que vivemos. Ficou claro também que, de acordo com o perfil do gestor em exercício, muda a seriedade na gestão destes planos.

6. A atuação das empresas: entre a transformação efetiva da lógica capitalista e o “greenwashing”

Nos bastidores de uma das entrevistas que fizemos com Pedro Telles (2023), então responsável pela área de sustentabilidade da empresa de aluguel de veículos Movida, ele afirma que não há mais espaço no mercado para organizações que deixem de observar, evitar e remediar os impactos ambientais de suas ações. Não se

trata apenas de uma exigência dos consumidores, o que já seria mais do que o suficiente, mas de todos os outros tipos de atores com os quais a empresa se relaciona (parceiros, fornecedores, órgãos reguladores etc). Nesse sentido, quase todas as empresas atualmente incorporam em seus planos de ação a dimensão ambiental e, muitas delas, já dispõem de um setor específico para lidar com essa questão. Inclusive, já se tornou senso comum no meio empresarial o chamado “relatório de ESG”, mais um termo derivado da língua inglesa, que se refere às três dimensões da sustentabilidade com as quais todas as organizações deveriam se preocupar: *environment* (meio ambiente), *social* (sociedade) e *governance* (governança).[8]

Ao lado das estruturas criadas pelas empresas, se proliferaram também as organizações de certificação que, ao avalia-las, podem fornecer legitimidade para as suas ações. Nesse sentido, merece destaque o “sistema B”, que nasce a partir do Movimento Global de Empresas B, organizado em 2006 nos Estados Unidos por um grupo de empresários interessados não apenas em retornos financeiros, mas sobretudo em oferecer aos habitantes do planeta um sistema econômico mais equitativo e regenerativo. A partir daí, nasce, em 2012, o sistema B, que não apenas certifica as empresas, mas constitui uma rede de colaboração entre os seus associados, a partir da qual são compartilhadas experiências, tecnologias e outros diversos tipos de conhecimento. Segundo consta no site da organização, o sistema seria referência para mais de 100.000 organizações em todo o mundo, tendo atualmente no Brasil 304 empresas certificadas. Segundo o já citado Pedro Telles, que participou da constituição do sistema no país, as exigências para a certificação são elevadas e envolvem questões que abrangem toda a cadeia produtiva da empresa, ou seja, não basta apenas olhar para a organização, mas também para todos com os quais esta se relaciona. A partir daí, fica mais fácil compreender a ousada proposição levantada acima, de que não há mais espaço no mercado para empresas que desprezam os cuidados com as três dimensões da sustentabilidade internacionalmente consagradas (ESG).

Outra exigência para a entrada no sistema seria a revisão e transformação paulatina de todos os processos produtivos que implicam em danos para o meio ambiente. Em outras palavras, não basta a adoção de ações compensatórias aos

prejuízos causados, mas é necessária também a revisão estrutural de toda a cadeia produtiva e de todos os produtos gerados. Caso seja identificada alguma etapa ou produto nocivo, estes precisam ser substituídos por outros, o que implica, no limite, a mudança do próprio setor de atuação da organização.

Um exemplo positivo que podemos citar no que se refere à alteração de sistemas produtivos, neste caso de forma indireta, é a da Movida, já citada acima. Além de uma sólida política compensatória que opera o plantio de árvores em um corredor ecológico que liga o cerrado à Amazônia, a empresa vem trabalhando junto ao governo brasileiro e setores empresariais no sentido de implantar a infraestrutura necessária para o abastecimento eletrônico de veículos, com vistas à substituição paulatina dos seus carros movidos a combustível por outros “limpos”, à bateria.

Se todo este trabalho de transformação da lógica empresarial estivesse sendo feito de forma honesta, estaríamos firmes na direção preconizada pelos referidos empresários que criaram o sistema B em 2006 e o alcance das metas da Agenda 2030 da ONU seria factível. Mas, a burla, mesmo por empresas associadas aos sistemas de certificação, vem sendo recorrente. Grande parte das ditas ações de sustentabilidade se materializam apenas nos formulários para a certificação e/ou nas propagandas que anunciam o fantástico ‘mundo verde’ criado pelas empresas. É extremamente comum que empresas se apropriem do discurso ecológico e anunciem ações compensatórias e mudanças estruturais que, na verdade, não são realizadas.

Tal estratégia de ação vem sendo denominada na área como “*greenwashing*”. Esteves e Ciccarino (2023) trazem diversas definições para o termo em importante artigo no qual abordam o problema. Na introdução do mesmo, afirmam tratar-se de “práticas desonestas, cometidas com ou sem a deliberada intenção de enganar as partes interessadas sobre os benefícios ambientais de um produto ou serviço.” (ESTEVES & CICCARINO, 2023, p. 108). Embora estejamos aqui tratando do universo empresarial neste momento, as autoras ressaltam que tais práticas vêm sendo adotadas não somente neste universo, mas também por governos locais, países, eventos e até consumidores. Segundo as autoras:

“O greenwashing é um problema sério porque prejudica a capacidade dos consumidores de tomar decisões informadas sobre os produtos e serviços

que compram. Distorce intenções voltadas para o bem comum e corrói a confiança em empresas que genuinamente priorizam a sustentabilidade ambiental. Além de entender os seus incentivos e conhecer casos ilustrativos é necessário entender o processo multidimensional e culturalmente construído que o institui como prática.” (ESTEVEES & CICCARINO, 2023, p. 113).

Embora imoral, cada país trata o problema com seus frágeis arcabouços legais disponíveis para o tema e, portanto, na maioria das vezes o *greenwashing* não é punido. Ainda segundo as autoras, que descrevem as diversas táticas utilizadas pelas empresas para a prática, educação e comunicação são fundamentais para combatê-la, principalmente levando em conta o caráter técnico das informações contidas nos produtos, as quais são difíceis de serem interpretadas pelos consumidores. (ESTEVEES & CICCARINO, 2023, p. 114-116).

7. Considerações Finais

Conforme propus na introdução, meu objetivo neste artigo foi apenas o de mapear o cenário em torno das questões ambientais e das ações que os diversos tipos de atores vêm desenvolvendo para tratá-las. No estágio de pesquisa sobre o tema em que estamos, não houve ainda condições de aprofundar questões ou oferecer respostas para problemas. De forma exploratória, tentei sintetizar alguns dos principais debates no campo e lançar questões que estimulem a pesquisa na área.

Ao realizar esta síntese, espero ter mostrado que o campo ambiental necessita de abordagens multidisciplinares que envolvem várias áreas do conhecimento: meteorologia, biologia, agronomia, psicologia, sociologia, antropologia, administração, economia, direito etc. Abordagens que circunscrevem suas questões à áreas de conhecimento específicas, desprezando outras, tais quais, por exemplo, a do ecologismo preservacionista, vêm mostrando-se extremamente limitadas e resultam em ações que tendem a ser muito pouco efetivas.

Iniciei a minha síntese fazendo uma breve análise da trajetória da relação entre os *homo sapiens* e a natureza, apontando para o processo histórico de separação entre ambos, contra o qual atualmente pesquisadores e/ou militantes, principalmente os das novas gerações, lutam no intuito de mostram que os humanos são natureza.

Vimos como essa separação constitui o fundamento da crença que percebe a natureza como recurso a serviço do homem, a qual nos trouxe ao estado de coisas atual.

Em seguida, levantei questões acerca dos limites, possibilidades e da relevância da atuação individual. Embora louvável, questioneei as dimensões do *lowsumerism*, duvidando até que ponto a ideia constitui uma tendência geral ou trata-se apenas de um nicho. Além disso, relativizamos a relevância do consumo individual ao mostrar que este responde por uma parte reduzida dos impactos quando comparado às ações de governos e empresas.

Examinei a passagem do individual ao coletivo, destacando as motivações dos jovens militantes que vêm atuando neste campo e efetuando uma breve análise das principais orientações e configurações das ongs que os reúnem. Apontei para a multiplicidade orientações, escopo de atuação, volume de recursos e orientações ideológicas – o que indica a alta complexidade dos jogos políticos entre estas e outros atores -, mas destaquei duas vertentes principais, quais sejam, a do ecologismo preservacionista e a do ecologismo social, evidenciando as mazelas causadas a partir da primeira.

No tópico seguinte, resumimos a trajetória das políticas ambientais no Brasil e apontamos para algumas possibilidades de ação governamental em diferentes níveis. Nesta parte, descobrimos também as forças políticas em ação neste campo, mostrando que as lutas ambientais não são apenas contra agentes que deliberadamente desprezam as questões inerentes ao campo, mas também contra vertentes que, embora preocupadas, não as priorizam, pregando o desenvolvimento a qualquer custo.

E, por fim, analisamos as contradições envolvidas na atuação das empresas. Se, por um lado, percebe-se o aumento da atenção empresarial às questões ambientais vêm adquirindo neste âmbito, por outro, vimos como a apropriação do discurso ambiental com fins mercadológicos – denominado de *greenwashing* – pode gerar graves prejuízos à mobilização para as ações voltadas para o meio ambiente em todos os âmbitos.

8. Referências

BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó**: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2021.

CÂMARA, Ana Estela Vieira Mendes. A relação homem-natureza através dos tempos: a necessidade da visão transdisciplinar como fundamento do direito ambiental. **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, Fortaleza – CE, 2010.

COUTINHO, Luciane. **Brazilian socio-environmental movements, youths and their perspective**. 157f. Dissertação (Master of Business Administration). Berlin School of Leadership. Berlin, 2021.

DE GUSMÃO, Paulo Pereira & PAVÃO, Bianca Borges Medeiros. (Des)construção da gestão ambiental no Brasil: De Paulo Nogueira Neto (1973) a Ricardo Salles (2020). *Ambientes – Revista de Geografia e Ecologia Política*, V. 2, N. 2, pp. 218-277. Francisco Beltrão – PR, Unioeste, 2020.

DESCARTES, René. *Meditations on First Philosophy*. In “**The Philosophical Writings of René Descartes**”, trans. by J. Cottingham, R. Stoothoff and D. Murdoch, vol. 2, pp. 1-62. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

DIEGUES, Antonio Carlos. A globalização da proteção da natureza: o papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência. In: **Meio ambiente e crescimento econômico** – tensões estruturais. Gilberto Dupas (org.). São Paulo, UNESP, 2008.

DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro, Editora URFJ, 2009.

ESTEVES, Carla & CICCARINO, Irene Dobarrio Machado. Greenwashing, uma externalidade negativa da sustentabilidade? **Revista de Comunicação Dialógica**, n.9, pp. 107-128. Rio de Janeiro, UERJ, 2023;

HARARI, Yuval. **Sapiens** – uma breve história da humanidade. Porto Alegre-RS, L & PM, 2011.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble**: making Kin in the Chthulucene. USA, Duke University Press, 2016.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. **A queda do céu** – palavras de um xamã yanomami. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2019.

MACEDO, Marcelo Hernandez. Entre a violência e a espontaneidade - reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. **Revista Mana**, v. 11, n.2, p. 473-497. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2005.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 19ª Ed., 2002.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da Política ambiental federal no Brasil. In “**Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.), cap. 1, pp. 13-43. IPEA, Rio de Janeiro, 2016;

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Trad.: Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROQUE, Tatiana. **O dia em que voltamos de Marte**. Rio de Janeiro, Crítica, 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. Trad.Ciro Mioranza. São Paulo, Escala, 2006;

TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho.; GODOY, Melissa Giacometti de; CLEMENTE, Roberta. **20 experiências de gestão e cidadania** – ciclo de premiação 2005. São Paulo, FGV, 2005.

VOLLMER, Lara Cristina & TONDATO, Márcia Perencin. **Lowsumer**: identidade e pertencimento em um novo estilo de vida e padrão de consumo. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho *Comunicação, Consumo e Identidade: materialidades, atribuição de sentidos e representações midiáticas*, do 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação – Comunicon. São Paulo, ESPM, 2018.

ZOTESSO, Jaqueline Pirão. Em direção à economia donut? **Revista de Comunicação Dialógica**, n.9, pp. 38-55. Uerj, Rio de Janeiro, 2023.

9. Notas de fim de texto

[1]<<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/mudancas-climaticas/noticia/2024/04/22/sem-respaldo-legal-migrante-climatico-esta-cada-vez-mais-vulneravel.ghml>> . Acesso em: 15 de maio de 2025

[2] Google, negrito introduzido pelo autor.

[3] No capítulo 28 do livro “O dia em que voltamos de Marte”, Tatiana Roque analisa o plano de retomada da corrida espacial capitaneado pelo então Presidente dos EUA Donald Trump, em parceria com a empresa SpaceX, do empresário Elon Musk. O espaço sideral é visto pelos empreendedores como uma saída para os limites ambientais (Roque, 2021: 277-288).

[4] Sobre as condições sociais para a entrada e a saída de movimentos sociais, ver Macedo (2005).

[5] <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/desastres-naturais-atingiram-93-dos-municipios-nos-ultimos-10-anos>>. Acesso em: 15 de maio de 2025

[6] <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2025

[7] <<https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-administracao-publica-e-governo/projetos/programa-gestao-publica-e-cidadania>>. Acesso em: 15 de maio de 2025

[8] O termo teria surgido a partir de uma provocação do então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, aos 50 maiores empresários do setor financeiro mundial. Annan questionou os empresários como estes poderiam integrar em suas ações as questões ambientais, sociais e de governança. A partir daí, o termo foi cunhado em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada Who Care Wins. Ver:<<https://www.pactoglobal.org.br/esg/>>. Acesso em: 15 de maio de 2025